

A PROFORMA ‘ELE’ COM ANTECEDENTE LOCAL EM PORTUGUÊS BRASILEIRO ADULTO E INFANTIL*

Elaine Grolla e Karina Bertolino

Universidade de São Paulo

Introdução

Neste trabalho, discutimos o estatuto do princípio B da Teoria de Ligação em português brasileiro (PB). Mais especificamente, examinamos se a distribuição da proforma ‘ele’¹ do PB é restringida por tal princípio. Resultados de experimentos que conduzimos com 20 adultos e 51 crianças entre 4 e 6 anos de idade indicam que ‘ele’ não obedece ao princípio em questão, podendo aparecer em posição de objeto direto de um verbo e ter o sujeito da sentença como seu antecedente. Com base nesses dados, propomos uma análise para o ‘ele’ considerando-o não um pronome, mas uma ‘expressão não especificada para ligação’ (UBE = *unspecified bindable expression*), seguindo a proposta de Zribi-Hertz (1995) que analisa a proforma ‘lui’ do francês de forma análoga. Observamos que a distribuição de ‘ele’ parece ser regida por princípios semânticos-pragmáticos, com a ligação local da proforma sendo mais aceitável com predicados de reflexividade provável (como ‘coçar’) do que com predicados de reflexividade improvável (como ‘bater’).

O capítulo está dividido da seguinte forma: na seção 1, apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam o nosso estudo; na seção 2, discutimos os resultados do experimento que conduzimos com falantes nativos adultos de PB, em que constatamos haver aceitabilidade da ligação local de ‘ele’; na seção 3, reportamos os resultados do experimento que realizamos com crianças adquirindo o PB como língua materna, mostrando que, desde muito novas, elas são sensíveis às restrições semântico-pragmáticas que parecem reger a proforma ‘ele’; na seção 4, resumimos os resultados e apresentamos a nossa conclusão.

* Gostaríamos de agradecer às crianças, professores e coordenadoras da EMEI Monte Castelo (Butantã, São Paulo, capital) pela hospitalidade com que nos receberam. Sem a participação deles, a presente pesquisa não teria sido possível. Agradecemos também aos falantes adultos que participaram da pesquisa. A pesquisa aqui reportada foi financiada pela Fapesp – processo nº 2007/03624-4 (atribuído à primeira autora) e processo nº 2010/09202-7 (atribuído à segunda autora).

¹ Iremos nos referir às formas ‘ele’ e ‘ela’ apenas no gênero gramatical masculino, com o objetivo de simplificarmos a apresentação. A mesma análise, é claro, é válida para a forma no gênero gramatical feminino.

1 Princípios B e P e a Distribuição de Pronomes

A Teoria da Ligação (Chomsky, 1981) regula a distribuição de anáforas, pronomes e expressões referenciais nas línguas naturais. Para a discussão aqui apresentada, assumimos a seguinte versão da teoria (Chomsky, 1981, p. 188):

- (1) Teoria da Ligação
 - a. Princípio A: uma anáfora deve estar ligada em seu domínio de regência².
 - b. Princípio B: um pronome deve estar livre em seu domínio de regência.
 - c. Princípio C: uma expressão-R deve estar livre.

O princípio B, que é foco de nosso estudo, regula a distribuição de pronomes dentro de uma sentença. Como vemos nas sentenças abaixo, este princípio captura a intuição dos falantes nativos de inglês apropriadamente. As sentenças em (2) são inaceitáveis, e a Teoria da Ligação explica esse fato ao considerar que, em tais sentenças, o pronome está localmente ligado pelo antecedente:

- (2) a. *Every biker_i scratched him_i.
‘Todo ciclista coçou ele’
- b. *John_i washed him_i.
‘O João lavou ele’

Com relação a antecedentes quantificados, a interpretação em que ‘every biker’ e ‘him’ são co-indexados é impossível até mesmo para crianças adquirindo o inglês como língua materna (Chien & Wexler, 1990, Thornton & Wexler, 1999, dentre outros). Entretanto, com antecedentes DPs, há aceitabilidade da co-referência por falantes nativos adultos de inglês em presença de situações pragmáticas apropriadas. Segundo Heim (1998), contextos tais como os de “debate de identidade”, em que um falante não tem certeza se o referente que se encontra aos seus olhos é o mesmo de sua representação mental, admitem a co-referência entre um pronome e um DP antecedente local (exemplo retirado de Heim, 1998, p. 213):

- (3) Contexto de debate de identidade
Speaker A: Is this speaker Zelda?
Falante A: ‘É a Zelda quem está falando?’

² Para os objetivos dessa discussão, consideraremos que o domínio de regência de uma categoria é a oração em que ela se encontra.

Speaker B: How can you doubt it? She praises her to the sky. No competing candidate would do that.

Falante B: ‘Como você pode ter dúvida disso? Ela está elogiando demais ela. Nenhum candidato adversário faria isso.’

Na sentença proferida pelo falante B, ‘she’ refere-se à pessoa que os dois falantes estão vendo, que possivelmente é Zelda, enquanto ‘her’ refere-se à representação mental que os dois falantes possuem de Zelda. A sentença proferida pelo falante B estabelece uma relação de co-referência entre ‘she’ e ‘her’, conforme a autora:

(4) She_i praises her_k to the sky. (em que k = i)

Ela elogia ela aos céus

‘Ela está elogiando demais ela’

É importante ressaltar que sem o contexto apropriado (fornecido em (3)), a sentença (4) não é aceita pelos falantes nativos adultos de inglês, assim como a sentença em (2)b.

Voltando ao exemplo em (2)a, como quantificadores não referem, a relação entre o pronome e o QP só pode ser dada por ligação e não por co-referência. A ligação é excluída, de fato, pelo princípio B, que, como vimos, proíbe um pronome de ser localmente ligado. De acordo com Thornton & Wexler, sentenças como (5), em que DP e pronome compartilham o mesmo referente, evidenciam uma relação de co-referência, sendo excluídas por fatores pragmáticos:

(5) John_i scratched him_k. (em que k = i)

‘O João coçou ele’

Chien & Wexler (1990) também concebem que adultos rejeitam sentenças como (5) por razões pragmáticas. Em outras palavras, (5), além de ter a leitura ligada excluída pelo princípio B, teria a leitura co-referencial excluída pelo princípio P em contextos usuais:

(6) *Princípio P* (inspirado na Regra I de Grodzinsky & Reinhart, 1993):

DPs não co-indexados não são co-referenciais, ao menos que o contexto explicitamente force a co-referência.

Crianças adquirindo o inglês como língua materna, ao contrário de adultos, frequentemente permitem a co-referência entre um pronome e um DP antecedente local

de modo indiscriminado (Chien & Wexler, 1990; Thornton & Wexler, 1999; dentre outros). Os autores propõem que não se trata de uma violação do princípio B, mas, sim, de uma dificuldade em avaliar se a circunstância disposta no discurso é favorável à co-referência. Em outras palavras, quando as crianças apresentam um comportamento diferente dos adultos na interpretação de pronomes, o problema estaria na aquisição do princípio P (6) e não do princípio B.

1.1 Princípio B em Português Brasileiro

Ao considerarmos a forma ‘ele’ do PB, temos um panorama diferente. Observe as sentenças abaixo:

- (7) a. O João_i vê ele_i no espelho.
- b. O João_i beliscou ele_i pra ver se não estava sonhando.
- (8) a. O João_i disse que ____i viu ele_i na TV.
- b. O João_i preparou a lista de convidados, mas ____i não incluiu ele_i.

(exemplo adaptado de Galves, 1986, p. 252, exemplo 4)

Nas sentenças acima, a proforma ‘ele’ possui antecedentes locais. Em (7), o pronome está ligado por DPs abertos e em (8) por DPs nulos foneticamente. Essas sentenças são perfeitamente possíveis, como julgamentos de diversos falantes nativos atestam, e não precisam de contextos pragmaticamente marcados, como o debate de identidade, para serem aceitas. Tais interpretações foram antes observadas por Lemle (1985) e Galves (1986), como restritas ao dialeto mineiro. Contudo, notamos, hoje em dia, que a possibilidade de ‘ele’ ter um antecedente local não está limitada a esse dialeto, mas estende-se a outros, como o paulista e o carioca.

Analisando dados como (7)a e (8)b, presentes na tese de Moreira da Silva (1983), Lemle (1985) propõe que “o pronome, enfraquecido com a perda do seu poder de possuir um índice referencial próprio, se transforma numa anáfora” (Lemle 1985: 123). Galves (1986) argumenta que a análise de Lemle não pode estar correta, uma vez que anáforas necessitam de um antecedente local (como previsto no princípio A da Teoria de Ligação), mas isso não acontece com a proforma ‘ele’. Galves propõe então que nesses casos ‘ele’ estabelece uma relação com o tópico da sentença, que seria seu antecedente:



A representação em (9) é possível, conforme Galves, porque o PB é uma língua de tópico. Para lidar com a aparente violação do Princípio B, a autora recorre ao argumento de que ‘João’ e ‘ele’ estabelecem uma relação de co-referência, em que o princípio B não é atuante. A análise de Galves, entretanto, será empiricamente inadequada caso constatemos que falantes do PB aceitam o vínculo entre ‘ele’ e um QP local, pois, nesse caso, o princípio B deve obrigatoriamente operar: lembremos que, como quantificadores não referem, um pronome só pode estar “ligado” a um antecedente QP, e nunca estabelecer uma relação de co-referência com este.

Se dados como (7) e (8) realmente refletem a intuição dos falantes da língua, temos duas possibilidades de análise: ou (a) o princípio B não é operativo em PB, ou (b) a proforma ‘ele’ não é um pronome, mas algum outro tipo de elemento.

A opção (a) considera que os princípios de ligação podem não ser operativos em algumas línguas, como discutido em Elbourne (2005). O inglês antigo, o inglês médio e o maori são línguas sem o princípio B. Elbourne (2005) propõe que o princípio B é sujeito a um parâmetro. Para explicar o atraso na aquisição de tal princípio (como detectado em estudos como Chien e Wexler (1990), Thornton e Wexler (1999) e inúmeros outros), Elbourne (2005) sugere que, inicialmente, o parâmetro estaria marcado na posição ‘off’ e somente com evidência positiva encontrada na língua sendo adquirida é que a criança mudaria sua posição para ‘on’. Assim, a criança mudaria de um sistema sem o princípio B para outro com tal princípio. Isso explicaria por que as crianças mais novas aceitam sentenças contendo violações do princípio. Elas estariam ainda com o parâmetro na posição ‘off’. As crianças mais velhas, que rejeitam violações do princípio B, já teriam feito a mudança para a posição ‘on’.

Como observado em Elbourne (2005), o problema com essa hipótese é o tipo de evidência a que a criança teria que ser exposta para mudar a marcação de ‘off’ para ‘on’. Só podemos ter evidência de que algo é proibido se obtemos evidência *negativa*, ou seja, correções ou ensinamentos explícitos do adulto informando à criança que determinada construção é agramatical. No entanto, seguindo a tradição na literatura da

área, não lançamos mão de evidência negativa, já que ela não está disponível a todas as crianças para todas as possibilidades agramaticais nas línguas. Por conta disso, uma hipótese mais condizente com as pesquisas atuais em aquisição de linguagem (que banem evidência negativa) seria propor que a posição inicial do parâmetro é ‘on’ e, com base em evidência positiva (como sentenças com pronomes localmente ligados), a criança mudaria para ‘off’ nas línguas em que o princípio não é operativo. No entanto, essa hipótese não explica o comportamento de crianças que violam o princípio — isto é, essas crianças parecem estar com o parâmetro na posição ‘off’ e não ‘on’.

Além desses problemas em aquisição, essa hipótese enfrenta outros tipos de dificuldades. Por exemplo, se analisarmos o PB dessa maneira, teríamos uma língua em que os princípios A e C seriam operativos, mas o B, não. Inicialmente, essa ideia daria conta dos dados, mas teríamos que lidar com a seguinte questão: por que somente um dos princípios não é operativo na língua?

A opção (b), por outro lado, diz que o princípio B é operativo na língua, mas que a proforma ‘ele’ não é sujeita a tal princípio, porque não é um pronome. Ou seja, se o PB não tem pronome, o princípio seria satisfeito vacuamente. Essa hipótese também é considerada em Elbourne (2005, p. 362, nota de rodapé 17):

“Alternatively, one could say that all languages have Principle B but in some languages its effects are somehow hidden, perhaps because the domain in which it applies is very small, *or perhaps because no pronominal forms are specified as falling under it.*” (Grifo nosso).

Essa hipótese não enfrenta os problemas de descrição explanatória expostos acima. Ela apenas prevê que as línguas podem apresentar formas anafóricas de naturezas diferentes e que, em PB, a forma que convencionou-se classificar como ‘pronome’ é de fato de outra natureza. Essa será a hipótese que assumiremos daqui em diante.

O comportamento da proforma ‘ele’, com a possibilidade de vínculo com o antecedente local, indica que o princípio P (ver (6) acima) também não controla a sua distribuição, uma vez que não é necessário que contextos de debate de identidade, por exemplo, estejam presentes para que a leitura reflexiva do ‘ele’ seja estabelecida. Com isso, temos que a distribuição de ‘ele’ não seria regulada pelos princípios B e P, como em inglês.

1.2 Restrições Semânticas e Pragmáticas na Interpretação de Pronomes

As considerações feitas acima, de que a proforma ‘ele’ não estaria sujeita aos princípios B e P, parecem mais apropriadas para dar conta dos dados do PB. Entretanto, se a proforma ‘ele’ não é um pronome, o que ela seria? Uma sugestão se apresenta nos trabalhos de Anne Zribi-Hertz, que, considerando dados do francês como os que estão abaixo, analisa a forma ‘lui’ como uma *unspecified bindable expression* (UBE) (Zribi-Hertz 1995, p. 356), ou seja, uma expressão que não é especificada para ligação, podendo ser ligada ou não. De acordo com Zribi-Hertz, uma UBE não está especificada para referência disjunta e localidade:

- (10) a. Donnez un livre à lui_i, lui_k et lui_m. [com gesto dêitico].
‘Dê um livro a ele_i, ele_k e ele_m’
b. Pierre_i a honte de lui_{i/k}.
‘O Pedro tem vergonha dele’

Como vemos em (10), ‘lui’ pode estar ligado ou livre. Tal como ‘lui’, ‘ele’ também pode ser livre, ligado localmente ou ligado a longa distância, como ilustrado abaixo, respectivamente:

- (11) a. Ele chegou.
b. O Pedro_i admira ele_i.
c. O Pedro_i acha que ele_i é inteligente.

Em primeiro lugar, observemos que a proforma ‘ele’ não pode ser analisada como uma anáfora, já que ela pode ser livre, como mostrado em (11)a. Por outro lado, por conta de casos como (11)b, decidimos trabalhar com a hipótese de que ‘ele’ não é um pronome em PB. Se adotarmos a hipótese de Zribi-Hertz, ‘ele’ seria uma UBE, assim como ‘lui’ e outras formas encontradas em línguas como frisão (Everaert, 1991), haitiano (Déchaine & Manfredi, 1994), bambara (Zribi-Hertz & Hanne, 1994) e malgaxe (Zribi-Hertz, 1995). Os exemplos abaixo do malgaxe ilustram o fenômeno (Zribi-Hertz, 1995, p. 356):

- (12) a. mijery azy_{i/k} Rakoto_i.
está observando ele Rakoto
‘O Rakoto_i está observando ele_{i/k}.’

- b. mikapoka azy_{i/k} Rakoto_i.
 está batendo ele Rakoto
 ‘O Rakoto_i está batendo nele_{i/k}.’
- c. mahafantatra azy_{i/k} Rakoto_i.
 conhece ele Rakoto
 ‘O Rakoto_i conhece ele_{i/k}.’

Nos exemplos acima, temos que a forma ‘azy’ pode estar tanto ligada localmente ao antecedente como ter uma referência disjunta. É exatamente isso que vemos no caso do ‘ele’ em PB.

Diante de dados como (10) e (11), poderíamos dizer que ‘ele’ e ‘lui’ são formas híbridas, que se comportam ora como anáforas, ora como pronomes. No entanto, essa análise não se mostra adequada. Argumentando contra a ideia de que ‘lui’ pode ser tanto uma anáfora como um pronome, Zribi-Hertz (1995) assinala que a aceitabilidade da ligação de ‘lui’ com o antecedente local está sujeita a restrições impostas pela natureza do predicado, enquanto que anáforas não têm a sua ligação bloqueada quando o conteúdo semântico do predicado favorece leituras disjuntas:

(13) Pierre_i bavarde avec lui_{?*/i/k}.

‘O Pedro conversa com ele’

(14) Pierre_i se_i parle.

‘O Pedro fala consigo mesmo’

Em (13), não é aceita a ligação de ‘lui’ ao antecedente local ‘Pierre’, justamente porque ‘bavarder avec’ é um predicado que favorece a leitura disjunta: a ligação, portanto, é bloqueada. Em (14), mesmo que tenhamos um predicado muito semelhante ao que temos em (13), a ligação é aceita. Assim, conclui-se que o fato de uma anáfora estar ligada ao seu antecedente é uma propriedade exclusivamente sintática, enquanto que o que rege a distribuição de ‘lui’ são restrições semânticas (e/ou pragmáticas).

Grolla (2010) aponta que as restrições impostas a ‘ele’ parecem ser similares àquelas impostas a ‘lui’: a semântica do predicado influencia a aceitabilidade de ‘ele’ ligado localmente. Esse fato é ilustrado pelos contrastes abaixo:

(15) a. O João_i tem vergonha dele_{i/k}.

b. O Pedro_i elogiou ele_{i/k}.

- (16) a. O Joaquim_i fala com ele_{?*i/k}.
b. O José_i apunhalou ele_{?*i/k}.

Nos casos em (16), a forma ‘ele’ é mais naturalmente interpretada como tendo referência externa, ao contrário dos casos em (15), em que os dois argumentos do verbo podem compartilhar a referência. Ou seja, a co-indexação entre os argumentos de predicados como ‘falar com’ não é natural, ao passo que ela o é com predicados como ‘elogiar’. As sentenças em (16) se tornam perfeitamente aceitáveis, se a forma enfatizadora ‘mesmo’ for adjungida a ‘ele’:

- (17) a. O João_i fala com ele_i mesmo.
b. O Pedro_i apunhalou ele_i mesmo.

Zribi-Hertz (1995) observa o mesmo fenômeno em francês, afirmando que a semântica de predicados como ‘falar com’ aumenta a probabilidade de disjunção referencial entre seus argumentos, enquanto a semântica de predicados como ‘ter vergonha de’ não possuem essa propriedade. Ou seja, ‘falar com’ é geralmente uma atividade que envolve dois participantes. Neste caso, a co-indexação entre os dois argumentos não é impossível, mas marcada. Menuzzi (1999) argumenta que predicados como esses apresentam reflexividade improvável. Portanto, a adjunção de ‘mesmo’ torna explícito que o índice do pronome é marcado. No caso de predicados como ‘elogiar’, tal co-indexação não é surpreendente ou improvável — sendo assim, o uso de ‘mesmo’ seria possível, mas não necessário (cf., O João_i elogiou ele_i mesmo).

Resumindo, a adjunção de ‘mesmo’ ao pronome ‘ele’ nos exemplos acima é usada para focalizar o índice referencial do pronome, ou seja, para tornar explícito seu status marcado. Tal focalização parece opcional em (15), em que o índice é contextualmente não marcado, mas é obrigatório em (16), em que ele é contextualmente marcado. Essas observações indicam que ‘ele’ e sua contraparte focalizada ‘ele mesmo’ não são regulados por princípios sintáticos, mas por restrições discursivas envolvendo noções como proeminência e contraste. Baker (1995), analisando expressões focalizadoras do inglês (como em ‘He himself did the dishes’) propõe que expressões focalizadoras obedecem à seguinte restrição discursiva:

(18) *Condição de contrastividade* (Baker 1995: 77)

Intensivos são apropriados apenas nos contextos em que a ênfase ou o contraste é desejado.

Considerando essa restrição, podemos estendê-la, tornando mais explícita a restrição imposta a formas neutras (como o ‘ele’): em contextos em que ênfase ou contraste é exigido, use uma forma focalizadora da proforma; em contextos sem ênfase, use a forma a neutra.

Com base na constatação informal de que falantes nativos de PB aceitam a ligação local do ‘ele’, em nossa pesquisa propusemo-nos a investigar se tal aceitação se dá de forma consistente entre adultos e se a ligação local de ‘ele’ é aceita também quando o antecedente é quantificado. Além disso, verificamos qual é o comportamento de crianças adquirindo PB quando apresentadas a sentenças com a estrutura como em (7). Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados obtidos em dois experimentos — o primeiro, realizado com 20 falantes nativos adultos moradores da região metropolitana de São Paulo e, o segundo, realizado com 51 crianças entre 4 e 6 anos de idade, adquirindo o PB como língua materna. As seções seguintes apresentam e discutem tais estudos.

2 Experimento I: Ligação Local do ‘Ele’ em Sentenças Matrizes e em Elipse de VP

Nesta seção, apresentamos os resultados obtidos em nosso experimento realizado com adultos, cujo fim foi investigar a aceitabilidade da ligação local do ‘ele’ em sentenças matrizes e em elipse de VP. Abaixo, discutimos primeiramente os resultados de um estudo piloto que conduzimos, e depois os resultados de um novo estudo, realizado após detectarmos algumas falhas no primeiro.

2.1 Estudo piloto

Sujeitos. Onze adultos, falantes nativos de PB participaram do experimento. Entre eles, cinco eram estudantes do curso de Letras da Universidade de São Paulo – que

chamaremos de grupo [+ escolarizado] – e seis eram falantes com escolaridade inferior ao Ensino Médio completo – que chamaremos de grupo [- escolarizado].

Método. A “Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade” (TJVV) é uma técnica experimental que avalia a compreensão de sentenças e de discursos (Crain & Thornton 1998), sendo útil sobretudo para obter julgamentos indiretos de crianças³.

Na versão que utilizamos da TJVV, uma história encenada com brinquedos⁴ foi contada para o falante; logo após, foi proferida uma sentença. A tarefa do falante era dizer se a sentença estava ou não de acordo com a narrativa.

Materiais. Para verificarmos se falantes adultos aceitam a ligação local da proforma ‘ele’, utilizamos quatro condições, contendo duas sentenças em cada uma, totalizando 8 sentenças-teste. As quatro condições testadas foram:

(19) Condições testadas:

a. **Ligação local do ‘ele’ a um DP em matrizes (L):**

O Woody abanou ele.

b. **Ligação local do ‘ele’ a um QP em matrizes (LQ):**

Cada fantasma enxugou ele.

c. **Ligação local do ‘ele’ a um DP em elipse de VP (LE):**

A Margarida estava lavando ela e a joaninha também estava.

d. **Ligação local do ‘ele’ a um QP em elipse de VP (LEQ):**

O Fred estava coçando ele e cada dinossauro também estava.

Tomando como exemplo a sentença ‘O Woody abanou ele’, a história contada ao falante narra que o personagem Frankenstein pede ao Woody que o abane. O Woody aí abaná-lo, mas a personagem Kelly acaba por abanar o Frankenstein com os seus cabelos. O Woody então começa a sentir calor e decide abanar a si mesmo. Notemos que há dois antecedentes potenciais para ‘ele’: Woody e Frankenstein. A sentença é verdadeira na interpretação em que ele = Woody e falsa na interpretação em que ele =

³ Como nossa intenção é, futuramente, aplicar em crianças este experimento que realizamos com adulto, optamos por um método que não fosse intrincado para as primeiras — cabe lembrar que um experimento idêntico deve ser utilizado para ambos os grupos, se não queremos que as possíveis diferenças entre os julgamentos sejam atribuídas a particularidades metodológicas.

⁴ Os brinquedos eram úteis por proverem aos sujeitos uma memória visual das narrativas.

Frankenstein. No entanto, se ele = Woody, temos a leitura em que ‘ele’ é localmente ligado, algo que o princípio B da teoria da ligação proíbe.

As condições testadas manipulam a natureza do antecedente (DP *versus* QP) e o tipo de sentença (matriz *versus* encaixada e elíptica). A razão para testarmos a aceitabilidade da ligação da proforma ‘ele’ a dois tipos de antecedente (DP e QP) se deve ao fato de que, com isso, poderíamos verificar se a hipótese de Galves (1986), mencionada acima, está no caminho certo. Tal hipótese será empiricamente inadequada caso constatemos que falantes do PB aceitam o vínculo entre ‘ele’ e um QP local, pois, nesse caso, o princípio B deve obrigatoriamente operar: lembremos que, como quantificadores não referem, um pronome só pode estar “ligado” a um antecedente QP, e nunca estabelecer uma relação de co-referência com este.

Incluimos a condição ‘matriz *versus* encaixada elíptica’ pois a estrutura com elipse nos fornece, de maneira clara, quais são as possibilidades de interpretação da proforma. Para apreciar a questão, observe o exemplo abaixo:

(20) O Fred_i estava coçando ele_{i/k} e cada dinossauro_j também estava <coçando ele_{j/k}>.

Observemos primeiramente a proforma da oração matriz. Ignorando a leitura exofórica da proforma, ela pode ter ainda duas outras interpretações: a ligada (índice ‘i’) e a co-referencial (índice ‘k’, em que k = i). Considerando a proforma da oração encaixada, temos também as mesmas três opções que acabamos de mencionar. No entanto, se a proforma for ligada na oração matriz, ela tem de ser ligada na oração encaixada também. Essa é a chamada ‘sloppy reading’, leitura em que Fred se coçava e cada dinossauro se coçava também. Se a proforma for co-referencial na oração matriz, ela deve ser co-referencial na encaixada também, com o mesmo antecedente da oração matriz, o que nos dá a ‘strict reading’ ou leitura estrita. Nesse caso, temos a leitura em que Fred coçava o Fred e cada dinossauro coçava o Fred também. Ou seja, os testes com a estrutura de elipse de VP nos fornecem meios de verificar se os falantes atribuirão a leitura co-referencial ou a leitura ligada de ‘ele’, algo que não é possível verificarmos somente com uma sentença matriz, sem encaixamento.

Resultados. Notamos diferenças expressivas entre os julgamentos dos falantes dos dois grupos, conforme mostramos abaixo:

Tabela 1 – Ligações locais aceitas (SIM) e não aceitas (NÃO) conforme a escolaridade

| ESCOLARIDADE | LIGAÇÕES LOCAIS | |
|--------------|-----------------|-----|
| | SIM | NÃO |
| + | 7 | 27 |
| - | 44 | 4 |

Os dados presentes na tabela acima sugeriam que as variáveis ‘escolaridade’ e ‘leitura preferida da proforma ‘ele’ (ligada localmente ou livre) não eram independentes, pois falantes do grupo [- escolarizado] aparentemente aceitavam mais a ligação local do que falantes do grupo [+ escolarizado]. Para confirmarmos essa observação, realizamos o teste de independência (qui-quadrado). Obtemos $P = 6.176e-11 < \alpha = 0,05$. Sendo um valor menor do que o valor fixado para α , podemos considerar que há associação entre as duas variáveis.

Notemos, contudo, que os falantes do grupo [+ escolarizado] eram estudantes do curso de Letras da Universidade de São Paulo. É possível que o julgamento desses indivíduos possua a tendência de ser acompanhado de coibições, desempenhadas pela norma culta, mais intensas do que o julgamento de falantes com alta escolaridade, que, contudo, não são estudantes de um curso de Letras. Ainda assim, não podemos negar que esses sujeitos hesitavam em fornecer uma resposta — pensavam durante muito tempo antes de afirmarem que a sentença era falsa, o que pode indicar certa dúvida.

Portanto, a partir dos resultados expostos na tabela acima, não era possível generalizar e dizer que falantes mais escolarizados tendiam a aceitar menos a ligação local de ‘ele’ do que falantes menos escolarizados. Pensando nisso, para o novo estudo, que reportamos a seguir, foram incluídos no grupo [+ escolarizado] apenas estudantes de outros cursos, que não Letras.

2.2 Novo Estudo

Sujeitos. Vinte e dois adultos foram testados, sendo que dois foram excluídos da análise dos dados⁵. Todos eram falantes nativos de PB. Os sujeitos foram separados em dois

⁵ Estes dois sujeitos não passaram no pré-teste, que consistia no acerto do valor de verdade de sentenças distratoras dispostas entre as sentenças-teste, que não verificavam a aceitabilidade da ligação local de ‘ele’. Essas sentenças distratoras eram, de maneira inequívoca, verdadeiras ou falsas em relação a um contexto. Esses dois sujeitos erraram um número considerável de sentenças do pré-teste, quando

grupos, a saber, (i) [+ escolarizado] e (ii) [- escolarizado]. Falantes que tinham cursado, no máximo, até o Ensino Médio foram incluídos no grupo [- escolarizado], enquanto que aqueles com curso superior em andamento foram incluídos no grupo [+ escolarizado]. Dez sujeitos pertenciam ao primeiro grupo e dez ao segundo.

Os falantes pertencentes ao grupo [+ escolarizado] estudavam nos cursos de Geologia, Relações Internacionais, História, Ciências Sociais, Engenharia, Psicobiologia e Biblioteconomia. O grupo [- escolarizado] foi composto, em sua maioria, por funcionários da Universidade de São Paulo. Três falantes desse grupo tinham interrompido os estudos no Ensino Fundamental, três estavam cursando o Ensino Médio, e quatro já tinham concluído o Ensino Médio e não tinham intenção de, naquele momento, continuarem os estudos.

Metodologia. A mesma metodologia empregada no estudo piloto foi utilizada no novo estudo. No entanto, antes de iniciarmos os testes desse novo experimento, realizamos uma série de modificações. Após concluirmos o nosso estudo piloto, notamos que a referência externa para a proforma ‘ele’ (leitura livre da proforma) estava pouco saliente nas histórias. Por exemplo, na narrativa encenada para a sentença ‘Cada gato cobriu ele’, tínhamos como possível leitura livre para o ‘ele’ um morcego. Na história contada no estudo piloto, dizíamos que os gatos queriam cobrir um morcego, mas, após verem uma ovelha, ficavam com medo; com o fim de se esconderem da ovelha, cobriam a si mesmos ao invés de cobrirem o morcego. O problema metodológico presente nesta história dava-se, sobretudo, por duas razões. Em primeiro lugar, o brinquedo em forma de morcego era pouco visível — era pequeno e, sendo todo preto, parecia desaparecer quando o colocávamos sobre uma mesa. Em segundo lugar, quando a ovelha entrava em cena, o morcego desaparecia por completo e não o mencionávamos mais: isso era bastante problemático, na medida em que só faz sentido usarmos o ‘ele’ quando retomamos uma referência que está presente no discurso — como o morcego desaparecia, ele ficava ausente no discurso.

A maior parte das histórias possuía problemas similares ao do nosso exemplo. Ao realizarmos as modificações, procuramos deixar a referência externa para a proforma ‘ele’ mais evidente. Retornando ao nosso exemplo, substituímos o morcego

comparados aos demais, tornando questionável a atenção que estavam a manter ao escutarem as histórias. Por essa razão, descartamos estes dados durante a análise.

por um bebê. Passamos a dizer que os gatos queriam cobrir um bebê que estava dormindo. Substituímos a ovelha por objetos, que por caírem subitamente de uma mesa, assustavam os gatos. Essa substituição foi empreendida por acharmos que ter um personagem animado a mais (no caso, a ovelha) faria com o que os sujeitos desviassem a atenção dos personagens relevantes. Assim, os gatos, com medo por não saberem quem derrubou os objetos da mesa, decidiam se esconder debaixo de um cobertor (havia um cobertor para cada gato), ao lado do bebê, que ficava descoberto. A história terminava com uma menção ao bebê: dizíamos algo como “os gatos ficaram tremendo de medo do lado do bebê”.

Materiais. As mesmas condições testadas acima foram utilizadas no novo estudo.

Resultados. As tabelas abaixo expõem a proporção de ligações locais aceitas do ‘ele’ para cada grupo para as condições mencionadas acima:

Tabela 2 – Proporção de ligações locais aceitas conforme a escolaridade

| | Grupo [- escolarizado] | Grupo [+ escolarizado] |
|-----|------------------------|------------------------|
| L | 12/20 = 60% | 14/20 = 70% |
| LQ | 11/20 = 55% | 12/20 = 60% |
| LE | 13/20 = 65% | 13/20 = 65% |
| LEQ | 10/20 = 50% | 11/20 = 55% |

A partir desses resultados, discutimos abaixo se a variável ‘leitura preferida da proforma ‘ele’ é independente da variável social ‘escolaridade’ e das variáveis lingüísticas ‘tipo de antecedente’ e ‘tipo de sentença’.

Ligação local da proforma ‘ele’ e escolaridade. Para verificarmos se há associação entre as variáveis ‘escolaridade’ e ‘leitura preferida da proforma ele’, foi realizado o teste de independência (qui-quadrado). Obtemos $P = 0,5186$, e como esse valor é maior do que 0,05 (o valor do nível de significância α), não temos evidência para supor que há uma associação entre as variáveis em questão. Os dois grupos se comportaram de modo bastante semelhante, aceitando a ligação local de ‘ele’ em cerca de 60% das vezes.

Falantes do grupo [+ escolarizado] passaram a aceitar mais a ligação local da proforma ‘ele’ (obtemos $P = 3,402959e-20 < \alpha$ no teste de aderência comparando os resultados dos dois estudos para este grupo). Em contrapartida, falantes do grupo [- escolarizado] passaram a aceitá-la menos ($P = 3,123555e-28 < \alpha$, no teste de aderência para este grupo). Como podemos explicar o fato de esses novos resultados se divergirem daqueles que obtemos no estudo piloto?

Em relação à maior taxa de aceitabilidade da ligação local de ‘ele’ encontrada entre falantes mais escolarizados, os resultados aparentemente confirmam a nossa impressão anterior de que um falante pertencente a esse grupo não necessariamente tende a rejeitar a ligação local de ‘ele’. Se a ligação local da proforma estiver associada a um registro não-culto, os falantes do grupo [+ escolarizado] do novo experimento simplesmente não apresentaram tanta resistência em aceitá-la quanto os estudantes que participaram do estudo piloto.

Os sujeitos do grupo [- escolarizado] que antes esperávamos aceitar praticamente todas as ligações locais da proforma ‘ele’, acabavam, em um número razoável de vezes, recusando-a. Ao que parece, os falantes que aceitam a ligação local da proforma puderam agora enxergar uma ambiguidade que antes não estava acessível: a sentença pode ser falsa se o ‘ele’ tiver leitura livre (no nosso exemplo anterior, o bebê era o personagem que fornecia essa leitura), mas pode ser verdadeira se ‘ele’ for visto como localmente ligado ao antecedente. No estudo-piloto, como a referência externa para a proforma não estava evidente, esses falantes só tinham a opção de compreender as sentenças-teste como verdadeiras. A hesitação em fornecer uma resposta foi constatada em grande parte dos sujeitos que entrevistamos neste novo experimento, de ambos os grupos.

Em resumo, após arranjos metodológicos, nosso experimento mostrou que falantes adultos de PB aceitam a ligação local da proforma ‘ele’ e que não há razão para pensarmos que isso varia conforme a escolaridade do falante. Mantemos, contudo, a ideia de que uma adesão forte à norma culta possa restringir essa aceitabilidade, já que no estudo piloto, os estudantes do curso de Letras, em geral, recusaram essa ligação, ainda que não sem hesitarem.

Ligação local da proforma ‘ele’ e tipo de sentença. Para verificarmos se a ligação local da proforma ‘ele’ está associada ao tipo de sentença (matriz ou estrutura com elipse de VP), realizamos o teste de independência (qui-quadrado).

Obtemos $P = 0,7469 > \alpha$. Isso sugere que falantes do PB aceitam a ligação local de ‘ele’ tanto em sentenças matrizes como em estruturas com elipse de VP, conforme esperávamos.

Vimos que, em poucos casos, os sujeitos recusaram a ligação local de ‘ele’ em estruturas com elipse de VP por terem, naquele momento, preferido a leitura co-referencial da proforma (*strict reading*). Ao ouvirem a sentença (2), por exemplo, alguns sujeitos nos diziam que a sentença era falsa, pois os dinossauros coçaram a si mesmo e não ao Fred. Entretanto, esses mesmos falantes aceitavam também a leitura ligada (*sloppy reading*) em outras vezes. Portanto, ao que parece, tanto a leitura ligada como a leitura co-referencial da proforma ‘ele’ é aceita por falantes adultos do PB.

Ligação local do ‘ele’ e tipo de antecedente. Agora iremos verificar se a hipótese já mencionada de Galves (1986) (de que a proforma é co-referencial ao tópico da sentença) é consistente com os nossos dados. Se for consistente, o número de ligações aceitas com antecedentes quantificados tenderá a zero, mas, se for inconsistente, a ligação local a tais antecedentes será aceita. Ao avistarmos a tabela abaixo, constatamos que os nossos dados não estão de acordo com essa hipótese:

Tabela 3 – Número de ligações locais aceitas (SIM) e não aceitas (NÃO) conforme o tipo de antecedente

| TIPO DE ANTECEDENTE | LIGAÇÕES LOCAIS | |
|---------------------|-----------------|-----|
| | SIM | NÃO |
| DP | 52 | 28 |
| QP | 44 | 36 |

Em 80 sentenças com antecedente quantificado, os sujeitos dos dois grupos aceitaram, no total, 44 ligações locais da proforma ‘ele’. Este número não tende a zero, mas sim, à metade de ligações locais aceitas. Portanto, a análise de Galves se mostra empiricamente inadequada. É preferível dizer que ‘ele’ é uma UBE, pois admitindo que

o vínculo de ‘ele’ ao antecedente local se dá por ligação, e não por co-referência, podemos dar conta da aceitabilidade da ligação local a QPs.

Uma observação superficial da tabela 3 sugere que os falantes aceitam mais a ligação de ‘ele’ quando o antecedente é um DP do que quando é um QP. Entretanto, para decidirmos se devemos confiar nessa observação, é necessário realizarmos o teste de independência (qui-quadrado). Calculamos $P = 0,1967 > \alpha$, ou seja, não temos evidência para acreditarmos que falantes do PB aceitam mais a ligação local de ‘ele’ quando o antecedente é um DP do que quando é um QP. Em outras palavras, na amostra, verificamos certa diferença de julgamentos em relação ao tipo de antecedente, contudo, ao realizarmos um teste estatístico, vemos que não temos razão para descartar a hipótese de que essa diferença tenha se dado por mero acaso.

3 Experimento II: ‘Ele’ em Sentenças com Predicados de Reflexividade Provável e Improvável em Português Brasileiro Infantil

Método. Para investigar a aquisição da proforma ‘ele’, utilizamos um método de encenação, em que as crianças fazem o que alguém lhes ordena. Esse método foi inspirado no experimento 1 de Chien & Wexler (1990), o Simon Says Game. Nesta tarefa, a criança é apresentada a um fantoche e é convidada a participar de um jogo em que o fantoche lhe ordenará o que fazer. Em nosso teste, se a criança sendo testada fosse uma menina, o fantoche também era feminino, uma cachorrinha chamada Pinky. Se fosse menino, o fantoche era um burrinho chamado Billy. Depois de explicada a tarefa, uma sessão de pré-teste era administrada para se ter certeza de que a criança a entendeu. A criança que passasse o pré-teste (tendo feito corretamente o que fantoche ordenasse) era então incluída no estudo e o teste era aplicado. Nenhuma criança teve de ser excluída por não passar no pré-teste.

Materiais. Para verificar o comportamento da criança com a proforma ‘ele’, utilizamos dois tipos de predicados: predicados de reflexividade provável (‘coçar’ e ‘cheirar’) e predicados de reflexividade improvável (‘dar um soco em’ e ‘bater’). Havia 2 itens da condição RP (reflexividade provável) e 2 itens da condição RImp (reflexividade improvável). Intercaladas entre as sentenças teste, incluímos sentenças distratoras, que eram ordens sem pronomes, e que pediam para a criança manipular brinquedos

dispostos a sua frente, como ‘girar a cabeça do leão’ e ‘colocar a maçã na cestinha’, dentre outras.

As sentenças testes estão mostradas abaixo:

(21) a. **Reflexividade Provável:**

{O Billy/a Pinky} mandou (nome da criança) coçar ele.

{O Billy/a Pinky} mandou (nome da criança) cheirar ele.

b. **Reflexividade Improvável:**

{O Billy/a Pinky} mandou (nome da criança) dar um soco nele.

{O Billy/a Pinky} mandou (nome da criança) bater nele.

Dada a discussão da seção 1.2., nossa previsão era a de que as crianças realizariam uma ação reflexiva no caso de predicados de reflexividade provável e uma ação no fantoche (ou em outro indivíduo presente na sessão) no caso de predicados de reflexividade improvável. Ou seja, a proforma teria um antecedente local nos casos em (19)a e um antecedente não local nos casos em (19)b.

Sujeitos. Entrevistamos 51 crianças adquirindo português brasileiro como língua materna, entre 4;4 e 6;1 anos de idade. Os grupos de crianças, separadas por idades, está assim dividido:

Tabela 4 – Sujeitos divididos por faixa etária

| Grupo | Intervalo | Número |
|-------|-------------|--------|
| G4 | 4;4 e 4;11 | 18 |
| G5 | 5;0 e 5;11 | 28 |
| G6 | 6;0 e 6;1 | 05 |
| | Total | 51 |
| | Idade média | 5;3 |

As crianças são todas monolíngues, sem nenhum distúrbio que pudesse prejudicar a aquisição da linguagem. Elas são alunas da EMEI Monte Castelo, localizada no bairro do Butantã, em São Paulo.

Resultados

Leitura preferida da proforma ‘ele’ e tipo de predicado. Para analisar os resultados obtidos, observamos primeiramente se as variáveis ‘tipo de predicado’ e ‘leitura preferida’ são independentes⁶. Aplicando-se o teste de independência para o G4, obtemos o valor de $P = 0.03236$, que nos indica que a leitura preferida está provavelmente associada com o tipo de verbo. Observamos que as crianças tiveram preferência pela ligação local de ‘ele’ quando o predicado era o verbo ‘coçar’ em 72% das vezes, enquanto que os demais verbos desencadearam taxas menores de preferência por tal leitura, a saber, houve aceitação da leitura localmente ligada em 39% das vezes para o predicado ‘dar um soco em’, em 28% das vezes para o verbo ‘cheirar’ e em 33% das vezes para o verbo ‘bater’. Se excluirmos o predicado ‘coçar’ do teste de independência (qui-quadrado), obtermos o valor $P = 0,7788 > \alpha$, o que indica os verbos ‘cheirar’, ‘bater’ e ‘dar um soco em’ se comportaram de maneira bastante semelhante quanto ao número de leituras reflexivas que desencadearam. A primeira conclusão a que chegamos é que as crianças do G4 viram o verbo ‘coçar’ como um predicado de reflexividade provável, mas o mesmo não ocorre com ‘cheirar’, que se comporta de modo muito semelhante a ‘dar um soco’ e ‘bater’, isto é, como predicado de reflexividade improvável – o que vai contra a nossa hipótese inicial de que esse predicado é de reflexividade provável. Podemos imaginar que para as crianças, é menos comum alguém coçar outra pessoa do que cheirá-la.

As crianças do G5 escolheram a leitura localmente ligada de ‘ele’ em 78% das vezes para o verbo ‘coçar’, em 28% das vezes para o predicado ‘dar um soco em’, em 25% das vezes para o verbo ‘cheirar’ e em 38% para o verbo ‘bater’. O teste de independência nos dá o valor $P = 9.445e-05 < \alpha$, e, novamente, só é significativa a diferença que obtemos para os verbos ‘coçar’ em oposição aos verbos ‘dar um soco em’, ‘cheirar’ e ‘bater’. Em outras palavras, para o G5, ‘coçar’ também desencadeou um maior número de aceitações da ligação local de ‘ele’, enquanto que ‘dar um soco em’, ‘cheirar’ e ‘bater’ se comportaram como predicados de reflexividade improvável.

Para o G6, não temos razão para rejeitar a hipótese de que as variáveis são independentes. Temos que notar, contudo, que a amostra está desequilibrada: para G4 há 18 sujeitos, para G5, 28 sujeitos, e para G6 há apenas 5 sujeitos. Talvez não tenha ocorrido nenhuma associação entre ‘leitura preferida’ e ‘tipo de verbo’ entre os sujeitos

⁶ Quanto à variável ‘leitura preferida’ classificamos como ‘sim’ a preferência pela ligação local de ‘ele’ ao antecedente, e de ‘não’ a leitura ligada não-localmente e a livre.

de G6 porque a amostra é muito pequena. Em razão disso, daqui em diante não iremos considerar os resultados de G6.

Leitura preferida da proforma ‘ele’ e idade. Considerando agora as variáveis ‘idade’ e ‘leitura preferida’, nos perguntamos se há independência entre elas quando o predicado é de (i) reflexividade provável [– disjunção] e de (ii) reflexividade improvável [+ disjunção]. O teste de independência (qui-quadrado) nos retorna o valor $P = 0,622 > \alpha$, ao considerarmos a interação entre ‘leitura preferida em predicados de reflexividade provável’ e ‘idade’⁷. Isto indica que não há associação entre a idade da criança e o número de aceitações com predicados de reflexividade provável.

O teste de independência considerando a interação entre ‘leitura preferida em predicados de reflexividade improvável’ e ‘idade’ nos retorna $P = 0.6584 > \alpha$, indicando que, para esse tipo de predicado, também não há associação entre a idade da criança e o número de aceitações da ligação local.

Comportamento de chance. Podemos nos perguntar se os resultados obtidos para cada condição estão longe ou próximos de um comportamento de chance (continuaremos a ignorar os resultados do G6 e iremos, além disso, amalgamar os resultados de G4 e G5, já que não notamos diferenças entre estes dois grupos). Usando-se o ‘teste de aderência’ (qui-quadrado) para o verbo ‘coçar’, chegamos a $P = 0.0004026189 < \alpha$, portanto, há evidência para se dizer que o comportamento das crianças diante do verbo ‘coçar’, com respeito à ligação de ‘ele’, não é um comportamento de chance. Para ‘dar um soco em’, temos $P = 0.01831882 < \alpha$. Para ‘cheirar’, $P = 0.001174522 < \alpha$ e para ‘bater’, $P = 0.03900155 < \alpha$. Dados esses valores, podemos rejeitar, para todos os predicados testados, a hipótese de que as crianças tiveram um comportamento de chance.

Discussão. Os dados infantis nos fornecem resultados claros: as crianças realizaram ações reflexivas mais frequentemente com o verbo ‘coçar’, que é de reflexividade provável, do que com os verbos de reflexividade improvável, ‘bater’, ‘cheirar’ e ‘dar um soco em’. Tal comportamento se deu em crianças de todas as idades. Ou seja, não houve um padrão de desenvolvimento associado detectável: na idade em que começa o estudo

⁷ Seguindo os resultados obtidos na subseção anterior, classificamos como verbo de reflexividade provável apenas o verbo ‘coçar’.

(4;4 anos de idade), as crianças já mostram tal comportamento e permanecem com o mesmo comportamento até depois dos 5;11. Os dados também indicam que as crianças não apresentaram comportamento de chance, ou seja, elas não executaram aleatoriamente as ordens.

Isso indica que as crianças aceitam a proforma ‘ele’ ligada localmente e não localmente. Além disso, os resultados sugerem que elas preferem a ligação local com verbos de reflexividade provável e a ligação não-local com verbos de reflexividade improvável. Esses dados estão em conformidade com a hipótese levantada nesse estudo, de que a proforma ‘ele’ não é um pronome sujeito ao princípio B da Teoria de Ligação.

4 Conclusão

Neste trabalho, apresentamos a hipótese de que a proforma ‘ele’ do PB não pode ser analisada como um pronome, sujeito ao princípio B da Teoria de Ligação. Dados experimentais coletados tanto com adultos quanto com crianças sugerem que tal proforma pode ser ligada localmente e, para tanto, não se faz necessária a inclusão de contextos apropriados, como se vê no inglês. Além disso, constatamos que essa aceitabilidade ocorre seja o antecedente um DP ou um QP, fato que trouxe a necessidade de revermos análises já existentes na literatura acerca da forma ‘ele’. Em nosso estudo, concluímos que ‘ele’ não está sujeito a restrições de ordem sintática, mas sim, de ordem semântico-pragmática. Propomos que ‘ele’ seja analisado como uma UBE, seguindo a análise de Zribi-Hertz para o ‘lui’ do francês, o ‘li’ do haitiano e o ‘azy’ do malgaxe. Sendo uma expressão não especificada para ligação (ou seja, que pode ou não ser ligada), ‘ele’ pode aparecer em contextos com antecedentes locais ou sem nenhum antecedente na sentença (mas que esteja, crucialmente, presente no discurso).

O que parece regular a aceitabilidade ou preferência dos falantes é a natureza do predicado com relação à sua reflexividade. Nos dados infantis, a leitura local de ‘ele’ é mais frequente com predicados de reflexividade provável (em que é mais natural a co-referência entre seus argumentos, como o verbo ‘coçar’). Já com predicados em que a reflexividade é improvável (em que é mais natural uma disjunção entre seus argumentos, como o verbo ‘bater’), ‘ele’ é preferencialmente associado ao antecedente não-local. Mais estudos são necessários para se checar se a preferência detectada nos

dados infantis se mantêm com dados de falantes adultos. Essa será a próxima etapa em nossa agenda.

Referências bibliográficas

- Baker, C. (1995) Contrast, Discourse Prominence, and Intensification, with Special Reference to Locally Free Reflexives in British English. *Language* 71: 63-101.
- Chien, Y. -C. & Wexler, K. (1990) Children's knowledge of locality conditions in binding as evidence for the modularity of syntax and pragmatics. In *Language Acquisition I*: 225-295.
- Chomsky, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- Crain, S. & Thornton, R. (1998) *Investigations in Universal Grammar: A guide to experiments on the acquisition of syntax and semantics*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Déchaine, R-M. & Manfredi, V. (1994) Binding Domains in Haitian. *Natural Language and Linguistic Theory* 12: 203-257.
- Elbourne, P. (2005) On the Acquisition of Principle B. *Linguistic Inquiry* 36: 333-365.
- Everaert, M. (1991) Contextual determination of the anaphor/pronoun distinction. In: Jan Koster & Eric Reuland (eds.), *Long-Distance Anaphora*. Cambridge University Press, pp. 77-118.
- Galves, C. (1986) A interpretação "reflexiva" do pronome no português brasileiro. *DELTA* 2: 249-264.
- Grodzinsky, Y. & Reinhart, T. (1993) The innateness of binding and the development of coreference: A reply to Grimshaw and Rosen. *Linguistics Inquiry* 24: 69-103.
- Grolla, E. (2010) Remarks on acquisition of Intensified Pronouns in Brazilian Portuguese. In A. Improta França e M. Maia (Eds.) *Papers in Psycholinguistics. Proceedings of the First International Psycholinguistics Congress, an activity of Anpoll's Psycholinguistics Work Group*.
- Heim, I. (1998) Anaphora and semantic interpretation: A reinterpretation of Reinhart's approach. In U. Sauerland e O. Percus (Eds.), *The interpretive tract* (MIT Working Papers in Linguistics 25). Cambridge, MA: MIT, Department of Linguistics and Philosophy.
- Lemle, M. (1985) Pronomes, anáfora, zero: Observações sobre uma mudança linguística. *DELTA* 1: 122-124.

- Menuzzi, S. (1999) *Aquisição da Anáfora Pronominal em Português do Brasil*. Projeto de pesquisa.
- Moreira da Silva, S. (1983) *Etudes sur la symétrie et l'asymétrie sujet/objet dans le Portugais du Brésil*. Tese de doutorado. Paris, Université Paris VIII.
- Thornton, R. & Wexler, K. (1999) *Principle B, VP ellipsis, and interpretation in child grammar*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Zribi-Hertz, A. (1995) *Emphatic or Reflexive? On the Endophoric Character of French lui-même and Similar Complex Pronouns*. *Journal of Linguistics* 31: 333-374.
- Zribi-Hertz, A. & Hanne, J.-F. (1994) *La structure du groupe nominal et la syntaxe des relatives en bambara de Bamako*. Ms., Université Paris-8.
- Zribi-Hertz, A. (2008) From intensive to reflexive: the prosodic factor. In E. König e Gast (Eds.) *Reciprocals and Reflexives - Cross-linguistic and Theoretical Explorations*. Berlin: Mouton-De Gruyter, pp. 591-631.